

A Avaliação Dos Professores (E Dos Alunos)

Eu **não sou**, obviamente, **contra a avaliação dos professores**. Todo o profissional deve ser avaliado, com o objectivo de detectar falhas globais e, conseqüentemente, corrigi-las. Este assunto é, para mim, e penso que para a maioria dos professores, claríssimo.

Aquilo de que **sempre discordo profundamente** foi **do seguinte**:

1. O ‘timing’ utilizado para a implementação do processo de avaliação
2. A carga burocrática associada ao processo
3. A terrível incongruência existente entre a avaliação exigente dos professores e a avaliação facilitadora que se exige para os alunos, tudo isto em simultâneo.

Sobre o **primeiro ponto** – o ‘timing’ da implementação do processo de avaliação – penso que, a não ser o Ministério da Educação, ninguém tem dúvidas de que não se começa um processo de avaliação a meio do ano lectivo, quando os professores tiveram de fazer os seus Planos Anuais de Trabalho, logo em Setembro, prejudicando enormemente o normal funcionamento das escolas, com prejuízo para os alunos. De recordar que a Planificação é uma obrigação legal, e moral, dos professores, pelo que é de estranhar que seja a própria tutela a pôr em causa as próprias disposições legais por ela criada.

Sobre o **segundo ponto** – carga burocrática exagerada associada ao processo de avaliação - , não é pelo facto de existirem muitas fichas, com muitos itens, que o sistema de avaliação se torna mais eficaz e produtivo. Na prática, o que vai acontecer é que os professores avaliados, bem como os avaliadores, vão ter que despende bastante mais tempo a preencher papéis, a colocar cruzinhas e a inventar os locais onde colocar as cruzes, em prejuízo da preparação de aulas, do estudo de matérias de real interesse para o aluno, a escola, o ensino. Este sistema é muito pesado, obriga a muitas horas de reuniões e cria um mal-estar geral dentro das escolas. **Simplificar o processo seria muito mais útil e saudável para todos.**

Sobre o **terceiro ponto** – incongruência entre o rigor da avaliação dos professores e o facilitismo da avaliação dos alunos -, de facto, não se percebe o que é que o Ministério da Educação pretende.

Para quê uma preocupação tão grande na avaliação dos professores e, já agora, um rigor tão grande na avaliação dos novos professores a entrarem no sistema, **se o objectivo é facilitar a avaliação dos alunos?**

Quem é que consegue responder a esta questão?

Será para que a frustração dos professores seja ainda maior?

Será uma medida sádica do governo para humilhar ainda mais os professores?

Fica a pergunta no ar!

Eu até era capaz de deixar passar como boa (que não é!) a carga burocrática associada ao processo de avaliação se, de facto, nós víssemos, sentíssemos, antevíssemos ou previssemos que o objectivo era criar um ensino de qualidade, exigente para alunos e professores. Aí, sim, não me importaria de preencher mais papéis (que não gosto), mais itens, porque sentiria que estávamos todos, no mesmo barco, a trabalhar com um objectivo comum, saudável e do interesse do aluno e do ensino.

Da forma como o Ministério da Educação tem conduzido o processo, das intenções manifestadas, eu não posso aceitar esta dualidade de objectivos, contraditórios entre si.

Não se pode ser exigente com os professores e ser negligente com os alunos.

Este sistema criado, com avaliações contraditórias, há-de cair por incapacidade de auto-sustentabilidade.

Portela, 6 de Maio de 2008

José Vagos Carreira Matias

www.josematias.pt